



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 7475/2017
Tipo: Projeto de Lei: 191/2017
Área do Processo: Legislativa
Data e Hora: 27/06/2017 17:04:23
Procedência: Leonil Dias da Silva
Assunto: Institui no âmbito da Administração Pública
Municipal a Certidão Negativa de violação aos Direitos
do Consumidor - CNVDC.

C8



Processo: 7475/2017

Tipo: Projeto de Lei: 191/2017

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 27/06/2017 17:04:23

Procedência: Leonil Dias da Silva

Assunto: Institui no âmbito da Administração Pública

Municipal a Certidão Negativa de violação aos Direitos do Consumidor - CNVDC.

PROJETO DE LEI

INSTITUI NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL A CERTIDÃO NEGATIVA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR – CNVDC.

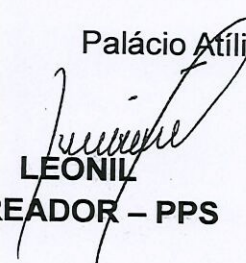
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor - CNVDC -, que será exigida de pessoas físicas ou jurídicas que participem de licitações, sob qualquer uma de suas modalidades, ou que negociem habitualmente com a Prefeitura de Vitória.

Parágrafo Único - A CNVDC será exigida, também, pelas autarquias, fundações, empresas públicas, sejam elas fornecedoras e/ou prestadoras de serviço do Município.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, através da Secretaria competente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 26 de junho de 2017.


LEONIL
VEREADOR – PPS

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

JUSTIFICATIVA

O objetivo deste Projeto é impedir que fornecedores de produtos e serviços que reiteradamente lesam os consumidores, sem terem a preocupação de reparar os danos, tenham a possibilidade de prestar serviços ou fornecer produtos à Prefeitura de Vitória.

A Administração Pública deve ter a cautela de se cercar dos melhores prestadores de serviços e fornecedores de produtos, porque, se tais empresas lesam consumidores, lesões ao Poder Público também podem ocorrer, com produtos e serviços de má qualidade.

Desta forma, a Prefeitura de Vitória de resguardará de ônus nos processos licitatórios, e na contratação de produtos e serviços, gozando por completo dos benefícios contratados.

Quanto a Constitucionalidade do Projeto, entendemos que a competência legislativa em matéria de consumo é concorrente, nos termos do art. 24, V da CF. Assim, uma vez editadas normas gerais pela União, os Estados e município poderão, dentro da competência legislativa suplementar que lhes é assegurada no § 2º do art. 24 da CF, publicar normas que respeitem os limites estabelecidos pela União.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo;

A tutela do consumidor tem força constitucional muito grande, considerando que o art. 5º, XXXII eleva o direito do consumidor a um direito fundamental e cláusula pétrea. Também o art. 170, V da Constituição preceitua que a ordem econômica no Brasil deve se pautar na defesa do consumidor.

Assim, acreditando na importância do assunto abordado aqui, conto com o apoio de meus Nobres Pares para a imediata aprovação do projeto.

Palácio Atilio Vivacqua, 19 de junho de 2017.


LEONIL
VEREADOR – PPS

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNIC		VITÓRIA
Processo	Fo.	Rubrica
425	03	for.

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 28/6/17

INCLUIA-SE EM PAUTA PARA
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 28/6/17

Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 28/6/17

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 9/7/17

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em 5/7/17

PRESIDENTE DA CÂMARA

AO S.A.C. (SERV. DE APOIO) COMISSÃO DE
PARA ENCAM. CIPREL. PROCESSO
AS COMISSÕES ABAIXO

- 1) Procedimento de Sep. Consueto
- 2) Procedimento de Sep. Consueto
- 3) Procedimento de Sep. Consueto
- 4) Procedimento de Sep. Consueto

EM 10 / 12 / 20

DIRETOR DEL

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Justiça
Ao Sr. Vereador Leonil

Designar Relator para o caso

Em 10 / 08 / 17

SAC

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões)

13/08/17

Secretaria do S.A.C.

Julia

DESIGNO PARA RELATAR NA
COMISSÃO DE JUSTIÇA

Sandra Passini

EM, 14 / 07 / 17

Leonil
PPS

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões até)

28/08/17

Secretaria do S.A.C.

Juliana

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
7475	04	JS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei: 191/2017

Processo: 7475/2017

Autor: Leonil Dias da Silva

Ementa: "Institui no âmbito da Administração Pública Municipal a Certidão Negativa de violação aos Direitos do Consumidor - CNVDC".

I – RELATÓRIO

De autoria do Vereador Leonil Dias, o Projeto de Lei "Institui no âmbito da Administração Pública Municipal a Certidão Negativa de violação aos Direitos do Consumidor - CNVDC".

A justificativa do projeto é resguardar o Município nos processos licitatórios, impedindo que fornecedores de produtos e serviços que tenham lesado os consumidores participem do processo licitatório.

É o relatório.

II – PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei em epígrafe dispõe em seu art. 1º:

"Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor – CNDV -, que será exigida de pessoas físicas ou jurídicas que participem de licitações, sob qualquer uma de suas modalidades, ou que negociem habitualmente com a Prefeitura Municipal."

Conforme se infere do texto acima, a proposição cria uma nova exigência para que pessoas físicas ou jurídicas participem de licitações efetuadas pela Prefeitura Municipal, ou seja, cria uma nova exigência para a habilitação dos licitantes.

JS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
1475	06	A



Em que pese a boa intenção da proposta, não cabe ao Vereador legislar sobre a matéria, nem tampouco ao Município, por tratar-se de competência privativa da União, conforme dispõe o art. 22, inc. XXVII, da Constituição da República:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo”.

Nos termos das disposições descritas, o art. 22 autoriza apenas o ente federado ali designado, a União, a legislar sobre normas gerais de licitação e contratação. Em sendo necessário, lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre especificidades acerca do tema.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes comenta a mencionada limitação constitucional:

“Sobre o caso, descabe qualquer interpretação construtiva, ampliativa ou analógica que busque assegurar competência legislativa a esses entes não citados, porque a Constituição Federal, expressamente, refere-se aos mesmos em diversas outras passagens, inclusive bastante próximas, como é o caso do arts. 23, caput e seu parágrafo único, entre outros. A literalidade, no caso, não pode ser elastecida para alcançar pessoas jurídicas de direito público que não são citadas”(...)-(Vade-mécum de Licitações e Contratos, 3 ed., BH, Fórum, 2008).

O Projeto de Lei possui vício de iniciativa, pois invade a competência privativa da União, pois trata do instituto da “habilitação”, que é a titularidade, pela pessoa física ou jurídica, das condições do direito de licitar, normas insertas na Lei 8.666/90.

Importante ainda registrar que os documentos de habilitação se incluem dentre as normas de caráter geral, posto que se encontram arrolados taxativamente no art. 27, da Lei nº 8.666/93, o qual diz, em seu *caput*, que para a habilitação nas licitações

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	R.
2075	06	8




exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista; e cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

Assim, a Lei nº 8.666/93 relaciona quais os documentos podem ser considerados indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, arrolando-os nos artigos 30 e 31. A relação de documentos ali prevista é o máximo que a Administração pode exigir do licitante, sem jamais poder ultrapassar aquele limite, seja no edital, seja em qualquer outro regulamento.

Desta forma, a Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor não está prevista na Lei Geral de Licitações e Contratos, não sendo competência deste Poder Legislativo Municipal dispor sobre a matéria, nem tampouco do Poder Executivo Municipal, por ser de **competência exclusiva da União**.

Após análise quanto aos aspectos legais da proposição, denota-se que encontra-se em desacordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao artigo 61 da Resolução 1919/14, opinamos pela **INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE** do Projeto de Lei Nº 191/2017. É o parecer.

Palácio Atílio Vivácqua, 25 de julho de 2017.


Sandro Parrini
 Vereador – PDT
 Comissão de Justiça - Relator

Sandro Parrini
 Vereador - PDT
 CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
1475	07	H

Jo Vereador Leonil,
Por Solicitação.

Em 10/08/17
SAC

[Handwritten signature]

Arquivar com os autos de
praxe, conforme requerimento
do Autor formulado aos autos.

Em 16/09/2017

[Handwritten signature]



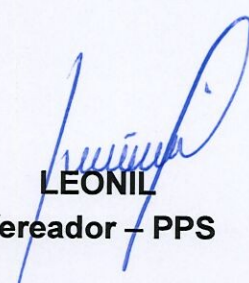
Swlivan Manola
Diretor do Depto. Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Vitória/ES, 10 de agosto de 2017.

Ao SAC,

Pelos motivos expostos no parecer emitido pelo relator, solicito arquivamento da matéria. Em tempo, informo que a matéria já foi apresentada ao Poder Público por via de indicação.

Atenciosamente,



LEONIL
Vereador - PPS

João Leal,

Para providências.

Em 15/08/17

SAC

Anianx